

Texto para o Seminário Temático 52 / História indígena no Brasil: perspectivas interdisciplinares

POVOS INDÍGENAS NO NORDESTE: UMA CONTRIBUIÇÃO A REFLEXÃO HISTÓRICA SOBRE OS PROCESSOS DE RESISTÊNCIA, AFIRMAÇÃO E EMERGÊNCIA ÉTNICA

Edson Silva (UFPE)

Em memória de Raimundo Sota, mais uma liderança dos Pataxó Hã Hã Hãe (“esquecidos” por Jorge Amado) brutalmente assassinado no Município de Pau Brasil/BA em 18/07/02, por pistoleiros a mando dos fazendeiros do cacau, invasores das terras indígenas. Crimes até o momento impunes.

Povos indígenas: de “vítimas” a sujeitos na História

Durante muito tempo, nos estudos sobre a História do Brasil, além das referências ao *índio*, apenas nos primeiros anos da colonização, predominou a visão sobre os povos nativos como vitimados pelos inúmeros massacres, extermínios e genocídios provocados pela invasão dos portugueses a partir de 1500, e que os poucos sobreviventes, estavam condenados ao desaparecimento engolidos pelo progresso, através da “aculturação”, integrando-se à nossa sociedade. Em geral, essas idéias que permanecem sendo ensinadas na maioria das escolas e mesmo nas universidades, ainda aparecem em muitos manuais didáticos, principalmente nos livros de História do Brasil, são também veiculadas pela mídia e expressadas pelo senso comum.

Contrariando todas as previsões trágicas, os povos indígenas no Brasil ao longo dos 500 anos de colonização, não somente elaboraram diferentes estratégias de resistência/sobrevivência, como também alcançaram nas últimas décadas, como recentemente noticiou a imprensa, um considerável crescimento populacional, 3,5% ao ano, maior que a média da população brasileira em 1,6%, segundo estimativa do IBGE (Folha de São Paulo, 24/03/01,p.A9), questionando assim as tradicionais visões eurocêtricas e colonialistas, o que exigiu reformulações das teorias explicativas sobre o destino desses povos.

Longe de negar as inquestionáveis violências coloniais que provocaram a significativa depopulação dos povos nativos, a exemplo do Brasil, onde uma população estimada em 5 milhões em 1500 hoje está reduzida a cerca de 550 mil indígenas (cf. Texto Base da CF 2002/CNBB:31), as discussões iniciadas nos anos de 1980 no Brasil na área da Antropologia sobre a dinâmica da colonização, as relações culturais em uma situação de contato, sobre a identidade étnica, a territorialização etc., como também as novas abordagens pelos estudos de História, como em Gruzinski (1995), Monteiro (1994), Vainfas (1997), permitiram repensar a idéia atribuída aos indígenas como “*povos derrotados*”, passivos, subjogados, que passaram a ser vistos como sujeitos/agentes ativos no processo colonial, num contexto de dominação/imposição cultural.

Esses estudos buscaram compreender como os diversos povos em diferentes contextos situacionais, elaboraram diferentes estratégias que possibilitaram a sobrevivência nesses cinco séculos de colonização. Nesse sentido, foi ampliada a concepção do próprio conceito de resistência,

até então vigente, enquanto confronto, conflitos bélicos, guerras com fins trágicos e a morte de milhares de indígenas, para uma concepção mais ampla de relações culturais diferenciadas em um contexto de dominação e violências culturais: a resistência cultural do cotidiano, através de gestos, práticas, atitudes que quebraram uma suposta totalidade, hegemonia da dominação colonial.

Uma vez questionadas as visões a respeito dos indígenas como “*povos vencidos*” e as idéias do “*genocídio*” e do “*etnocídio*”, enquanto total destruição física e cultural, foram estudadas as diferentes estratégias utilizadas pelos povos nativos em uma permanente resistência ao colonialismo. As simulações, as acomodações, os acordos, as alianças. Ou seja, as apropriações simbólicas que as culturas indígenas fizeram da cultura colonial, reformulando-a, adaptando-a, refazendo-a, influenciando-a, reinventando-a, no que é por muitos autores denominado como religiosidade popular, sincretismo, hibridismo cultural, etc., que permeiam os “500 anos”.

As pesquisas revelaram que mesmo naqueles contextos de diversas violências explícitas, os povos indígenas simularam-se derrotados e sabotaram a dominação colonial, estabelecendo uma “*resistência invisível*”, através da persistência de práticas religiosas ancestrais, com simulações de adesão ao cristianismo, práticas estas consideradas como idolatrias pelos missionários, deixando-os bastante irritados ao perceberem os desvios em seus trabalhos catequéticos.

Acordos negociados entre líderes indígenas e colonizadores, garantiram a influência e o poder dos primeiros sobre seus grupos. Casos de rebeliões em aldeamentos de índios, já considerados mansos e cristãos, colocavam em questão o trabalho catequético de anos, que mantinha um suposto controle colonial sobre os povos indígenas (Barros,1997). Negociações possíveis em um contexto de dominação foram feitas em diferentes situações e momentos, o que permitiu aos povos indígenas manterem um convívio aparentemente pacífico no mundo colonial, resistirem/sobreviverem, como também eles subverterem a suposta ordem dominante na história dos 500 anos.

O “desaparecimento” dos índios no Nordeste

Em 1757, o então Ministro português Marquês de Pombal promulgou um Diretório que passou a regular os índios no Brasil. A legislação pombalina estava baseada no discurso da “liberdade dos índios”, determinando dentre outras medidas que os aldeamentos seriam elevados a categoria de Vilas, com a instalação de câmaras de vereadores, a nomeação de um diretor leigo responsável pelos indígenas, favorecendo ainda “para civilizar os índios” a moradia de não-índios em terras dos aldeamentos, incentivando os casamentos mistos, obrigando os indígenas ao trabalho agrícola e ao comércio.

Com o Diretório de Pombal, proibiu-se aos indígenas seus próprios nomes, determinando usarem nomes e sobrenomes de famílias de Portugal, para se evitar que “na mesma povoação existissem muitas pessoas com o mesmo nome”. Tornou-se obrigatório o uso unicamente da língua

portuguesa, determinava-se aos diretores persuadir aos índios construir suas casas “a imitação dos brancos, fazendo nelas diversos repartimentos”, para evitar os supostos vícios da “promiscuidade”, segundo a moral cristã da época. Além disso, deveria ser estimulado nos índios “o desejo de usarem vestidos decorosos e decentes”, não sendo permitido de modo algum andarem nus, “especialmente as mulheres” (Silva,2000).

A execução das diretrizes da política indigenista estabelecida no Diretório Pombalino, em muitos antigos aldeamentos, com o incentivo a ocupação de moradores colonos, casamentos mistos, etc., favoreceu os arrendatários ilegais, latifundiários, os “homens de bens”, vereadores que formavam as oligarquias políticas locais se apossaram dos territórios indígenas. Assim nas áreas mais antigas da Colonização os indígenas foram dispersados, suas terras paulatinamente ocupadas, transformadas muitas delas em fazendas que originaram as cidades interioranas do Brasil. A legislação pombalina foi abolida por Carta Régia de 1798, em função dos inúmeros abusos contra “a liberdade” e os bens indígenas.

No século XIX, as câmaras municipais insistentemente solicitaram aos poderes públicos as terras dos antigos aldeamentos para patrimônio dos municípios, alegando a necessidade de expansão destes. Os vereadores legislavam em causa própria, uma vez que sendo a maioria deles invasores nas terras indígenas, com a medição e demarcação das terras dos aldeamentos, tiveram suas posses legitimadas. A partir de 1870 vários aldeamentos foram declarados oficialmente extintos no Nordeste, favorecendo os tradicionais esbulhos, legitimando-se os antigos invasores das terras indígenas

Os povos indígenas no Nordeste lembram em suas tradições orais que com as invasões sistemáticas de suas terras e decretação das extinções dos aldeamentos, ocorreram casos de umas poucas famílias que migraram para terras de outros aldeamentos, também oficialmente declarados extintos. Muitas famílias indígenas engrossaram o grande contingente de mão-de-obra espalhado pelas regiões vizinhas às aldeias, ora trabalhando nas fazendas, como moradores, agregados, sem terras, ora trabalhando no cultivo sazonal da cana-de-açúcar na Zona da Mata, ora vagando pelas estradas, sem-terras e sem-tetos vieram ocupar as periferias dos centros urbanos.

Contudo, outras famílias indígenas conseguiram resistir às pressões nos seus locais de origem, às vezes mais afastados e de difíceis acesso, e na dinâmica dos vínculos estabelecidos com outros grupos de marginalizados pelo sistema social vigente e das relações culturais na sociedade onde estavam inseridas, reelaboraram a identidade étnica afirmada pelos atuais povos indígenas no Nordeste (Silva,2000).

A partir da segunda metade do século XIX ocorreu um silêncio oficial sobre os povos indígenas no Nordeste. Esse silêncio estava baseado na idéia de assimilação dos índios, “confundidos com a massa da população”, como enfatizavam as autoridades, o que influenciou as

reflexões históricas e os primeiros estudos antropológicos regionais que afirmavam o *desaparecimento* dos indígenas no processo de miscigenação racial, integração cultural e dispersão no conjunto da população regional (Porto Alegre,1992/1993; Silva,1996).

Classificados como *remanescentes de índios*, oficialmente chamados de *caboclos*, a eles foram dedicados estudos de seus hábitos e costumes considerados exóticos, suas danças e *manifestações folclóricas em vias de extinção*, como também apareceram em publicações, crônicas de memorialistas, que exaltaram de forma idílica a contribuição indígena nas origens e *formação social* de municípios do interior.

A emergência étnica: de “caboclo” a índio

Apesar de conhecidos como *caboclos* também no senso comum da sociedade, e nos lugares onde existiram antigos aldeamentos e, terem essa cabocloização justificada em diversos estudos regionais, o *caboclo* permaneceu índio, questionando as visões preconceituosas, as teorias explicativas do *desaparecimento indígena*. Assim, vários povos indígenas no Nordeste, *invisíveis* desde fins do século XIX, teceram uma história de resistência étnica afirmada nas primeiras décadas do século XX (Arruti,1995), em razão das pressões que recebiam com o avanço do latifúndio sobre as suas pequenas propriedades, sítios e glebas de terras onde permaneceram resistindo, mobilizaram-se para exigirem seus direitos históricos negados (Silva,1995).

Os povos indígenas no Nordeste considerados *extintos* desde meados e fins do século XIX, a partir das primeiras décadas do século XX pressionaram as autoridades para obterem o reconhecimento oficial enquanto povos étnicos diferenciados. Nas tradições orais e em registros documentais sobre esses povos, encontramos relatos de viagens ao Rio de Janeiro, onde estava a sede do SPÍ (Serviço de Proteção ao Índio), de idas a sede da Funai em Brasília/DF, para solicitarem o direito à instalação de um Posto do órgão indigenista em suas áreas indígenas, o que significava o fortalecimento das mobilizações pelo reconhecimento estatal e a reconquista de suas terras tradicionais.

Nos últimos 30 anos, diversos povos indígenas ressurgiram no Nordeste, como os Pitaguary no Ceará, os Tumbalalá, os Pipipã em Pernambuco. Os Tupinambá na Bahia, os Kalancó (1998), os Karuazu (1999), os Catókin (2001), todos em Alagoas, e mais recentemente tornou-se público o ressurgimento dos Koiupanká também naquele Estado. Esses povos vivenciaram um processo dinâmico de reelaborações das identidades étnicas, em contextos políticos de lutas pela terra, conquista e garantia de seus direitos sociais.

A esse fenômeno de “emergência étnica” que vem acontecendo nas áreas mais antigas da Colonização a exemplo do Nordeste, a reflexão antropológica atual chama de *etnogênese*: o processo de emergência histórica de um povo que se auto define em relação a uma herança

sociocultural, a partir da reelaboração de símbolos e reinvenção de tradições culturais, muitas das quais apropriadas da colonização e relidas pelo horizonte indígena (Oliveira,1999).

A atual presença dos povos indígenas, impõe a necessidade de repensar uma idéia da colonização como uma grande conquista de povos, pacíficos e subjugados, derrotados e massacrados. Além dos confrontos abertos, circunstancialmente foram elaboradas diversas estratégias de *resistência*, às vezes silenciosas, invisíveis, camufladas, tecidas ao longo de anos, que foram envolvendo os colonizadores. Enfim, uma derrota ainda que relativa, da colonização, pela capacidade histórica dos povos indígenas, particularmente em Regiões como o Nordeste do Brasil, elaborarem diferentes estratégias de resistência, para a afirmação étnica e conquista do apoio da sociedade para o reconhecimento oficial, para a conquista e a garantia dos seus direitos.

As pesquisas e reflexões históricas que ora vem sendo realizadas sobre os povos indígenas no Nordeste, a partir de abordagens que incorporam as discussões interdisciplinares mais recentes, além de possibilitarem rever uma história linear, ufanista, como uma grande conquista, estão contribuindo para uma maior compreensão das relações coloniais onde os indígenas foram atores/sujeitos, contribuindo também para compreensão do processo histórico de emergência étnica na Região e da atualidade dos povos indígenas no Nordeste.

BIBLIOGRAFIA

ARRUTI, J. M. A. (1995). Morte e vida no Nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno regional. *Estudos Históricos*. FVG, vol.8, n.15, pp. 57- 94.

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. *Por uma terra sem males: fraternidade e povos indígenas*. Texto-base da Campanha da Fraternidade 2002. São Paulo: Salesiana, 2001.

CUNHA, M. C. da. (Org.). (1992). Legislação indigenista no Século XIX: uma compilação (1808-1889). São Paulo: EDUSP.

BARROS, P.S. (1997). *Confrontos invisíveis: colonialismo e resistência indígena no Ceará*. Recife: UFPE, Dissertação (Mestrado em História).

GRUZINSKY, S. (1995). *Lá Colonización de lo Imaginário*. 3^a ed. México: Fondo de Cultura Econômica.

OLIVEIRA, J.P. de (1999). (Org.). *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.

MONTEIRO, J.M.(1994). *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia. das Letras.

PORTO ALEGRE, M. S. (1992/1993). Cultura e História, sobre o desaparecimento dos povos indígenas. In, *Revista de Ciências Sociais*, vol. 23/24, n.º 1/2. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, pp. 213-225.

SILVA, Edson.(1995). *O lugar do índio*. Conflitos, esbulhos de terras e resistência indígena no século XIX: o caso de Escada – PE (1860-1880). Recife, UFPE, Dissertação (Mestrado em História).

_____.(1996). “Confundidos com a massa da população”: o esbulho das terras indígenas no Nordeste do século XIX. In, *Revista do Arquivo Público Estadual de Pernambuco*, n°. 46, vol. 42, dez./96, pp.17-29.

_____.(2000). “Resistência indígena nos 500 anos de colonização”. In, BRANDÃO, Sylvana. (Org.). *Brasil 500 anos: reflexões*. Recife, Editora Universitária da UFPE,2000, pp. 99-129.

_____.(2002). “Nossa mãe Tamain”. Religião, reelaboração cultural e resistência indígena: o caso dos Xukuru do Ororubá (PE). In, BRANDÃO, Sylvana. (Org.). *História das Religiões no Brasil*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2002, pp.347-362 (vol.2).

VAINFAS, R. (1997). *A heresia dos índios*. São Paulo, Cia. das Letras.